

GLOBALIZAÇÃO: OPÇÃO DE QUEM?

Jones Dari GOETTERT*

Abordar o momento atual do sistema capitalista em geral, e mais especificamente as questões relacionadas à "mundialização, globalização e estruturação geopolítica", remetendo inicialmente a uma abordagem histórica, na tentativa de compreender os condicionantes que, neste fim de século, apontam para uma certa "unicidade" mundial. Em seguida, será possível discutir as principais características de nossa atualidade, com destaque para a América Latina e o Brasil.

Na segunda parte, discutiremos as questões até então colocadas à luz de algumas posições assumidas por intelectuais de diversas áreas, procurando, fundamentalmente, o "nosso lugar" nesse espaço bastante complexo. Também, insistiremos na posição dos geógrafos e demais cientistas sociais frente ao processo em curso, bem como a perspectiva ideológico-política que assumem e, mais detalhadamente, na relação que estabelecem com aquilo que vêm sendo chamado de "globalização".

A "globalização", hoje uma discussão muito presente principalmente nos meios acadêmico e de comunicação de massa, leva-nos, primeiramente, aos séculos XII e XIII. Até então, o Modo de Produção Feudal era hegemônico na Europa. Fundado em relações servis entre senhor feudal e servo, tinha a agricultura como economia básica possibilitando que o feudo se auto-mantê-se. O comércio e as cidades eram raras, exceto algumas cidades litorâneas ou entrepostos como Constantinopla. No entanto, como aponta Spósito (1994), nos locais de troca estavam os prenúncios dos renascimentos urbano e comercial, com iminentes manifestações das contradições desse modo de produção: foi nos burgos e nas cidades episcopais (em volta dos castelos e das catedrais e igrejas) que teve origem uma nova classe, a burguesia.

Os comerciantes e artesãos começaram a desenvolver novas formas de relações, corroendo as estruturas do feudalismo. O dinamismo que se processa a partir do aumento das trocas comerciais faz com que ressurgem e se formem cidades, quebrando com a relativa monotonia dos "mil anos de trevas" (ressaltamos que nesse período houve desenvolvimento técnico, porém bastante reduzido frente aquilo que a Europa e o mundo presenciariam a partir dos séculos XV e XVI).

Como uma nova perspectiva de vida se estabelecia, os antigos laços que uniam senhor e servo eram gradualmente quebrados. As cidades despertaram o sentimento de liberdade.

A quebra dos laços feudais, ao possibilitar a mobilidade, abriu caminho para a aglomeração de pessoas, desenvolvendo nos novos centros urbanos as Corporações de Ofício e, em seguida, as Manufaturas. Estas últimas representaram maior rapidez na produção, agora especificamente para a troca: é a gênese da mercadoria sob os moldes do capitalismo. Os homens, "livres" dos meios de produção e dos senhores feudais, constituem-se os produtores de mercadorias e também uma mercadoria específica ao venderem sua força de trabalho.

* Mestrando. Curso de Pós-Graduação em Geografia - Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP - 19060/900 - Presidente Prudente - SP - Brasil.

Aqui observamos que em 1453 o entreposto comercial, Constantinopla, foi tomado pelos turcos-otomanos, colocando-se como barreira aos produtos vindos do Oriente e diminuindo os lucros dos comerciantes europeus, principalmente das cidades de Veneza e Gênova.

A tomada de Constantinopla, paralelamente ao desenvolvimento técnico que se assistia grandemente na área da navegação, fez com que os Estados Nacionais que se formavam (Portugal, Espanha, Holanda...), buscassem novos caminhos às Índias Orientais. Em 1415 Portugal conquista Ceuta ao Norte da África; em 1492 o genovês Cristóvão Colombo chega às terras hoje conhecidas por América; e em 1500 Pedro Álvares Cabral dá início à ocupação da colônia-Brasil. Tais navegações possibilitaram o entendimento do espaço mundial, com o contorno da África e a chegada ao Oriente (Índia, China...) e a viagem de circunavegação de Fernão de Magalhães e seus marinheiros.

Um novo espaço estava posto. Acreditamos que é nesse momento (séculos XV e XVI) que foram traçados os primeiros marcos daquilo que hoje entendemos por "globalização". O comércio se expandia e o Mercantilismo, com suas trocas envolvendo principalmente as metrópoles e colônias, foi fator preponderante para o acúmulo de capital (denominamos esse processo de "acúmulo primitivo de capital", que ofereceu meios para o incremento técnico-científico, com destaque aqui aos ingleses).

Nesse contexto, a burguesia emergente travava sérios confrontos com a nobreza e o clero. No final do século XVII a Inglaterra foi palco da Revolução Gloriosa. Em 1776 é proclamada a independência dos Estados Unidos da América. E a partir de 1789 a Revolução Francesa consolida a hegemonia da burguesia em nível político.

Aqui abrimos um parêntese para ressaltar que os ideólogos da burguesia já atacavam fortemente os privilégios feudais ainda presentes. Adam Smith (em 1776) destacava a necessidade de liberdade total aos mercadores e comerciantes, em que a produção, circulação e consumo seriam auto-reguláveis, ou seja, não haveria a necessidade da interferência do Estado na economia (teoria da "mão invisível", que aproximou-se muito do "laissez-faire").

Assim, estabelecida a hegemonia burguesa, a partir de meados do século XIX, tem-se uma nova composição de forças. A luta de classes assume novos contornos, agora entre burguesia e trabalhadores.

A situação social deplorável e a exploração econômica exacerbada sobre o proletariado, despertou-os para a organização. Tivemos nesse momento a formação dos primeiros sindicatos e associações dos operários. Em 1848 Marx e Engels publicam o Manifesto do Partido Comunista que, conjugado à Comuna de Paris no início da década de 1870, davam mostras das contradições que a nova configuração social, econômica e política apresentava.

Como tais contradições ainda estão presentes hoje (é claro, sob novas roupagens), recorremos a Amin (1977) para compreendermos o desenrolar do processo a partir de meados do século XIX até hoje. O autor trabalha com a sucessão de períodos de expansão e períodos de crise do capitalismo. A primeira expansão é aquela que se deu a partir da Revolução Industrial iniciada na Inglaterra, e que proporcionou rapidez e aumento gigantesco na produção de mercadorias. Tal modelo se esgota em meados do século XIX com inúmeras manifestações dos trabalhadores. Com o desenvolvimento da indústria do aço e em consequência das estradas de ferro nos anos de 1860-1880, têm-se um novo despertar da economia. A formação dos grandes monopólios na virada do século XIX para o século

XX repercute na consolidação de grandes impérios. O imperialismo se evidencia nos dois confrontos mundiais (1914-1918 e 1939-1945), já como reflexo de uma nova crise do Capitalismo. Amin aponta o terceiro período de expansão a partir de 1945 (pós-guerra) e vai até início dos anos 70, marcado pelo desenvolvimento das indústrias automobilística, eletro-eletrônica, informática e aeroespacial. O período de expansão dá sinais de esgotamento na década de 1970-1980 principalmente com a crise do petróleo.

Antes de prosseguirmos apontamos Hobsbawm (1995) que ressalta que o "breve século XX" (1914-1990/1) apresenta três momentos. O primeiro é destacado como a "era da catástrofe" (guerras mundiais e crise de 1929, principalmente), o segundo como a "era do ouro" (1945 à crise dos anos 70) com um estuendo desenvolvimento técnico-científico, e o terceiro como a "era da incerteza", da dúvida, sobretudo com a desestruturação do Leste Europeu e, mais especificamente, da União Soviética.

É claro que a "globalização" (reestruturação do Capitalismo, na produção, circulação, distribuição e consumo), não está tão obscura como pode nos parecer a terceira "era" de Hobsbawm. Suas características nos levam ao entendimento de uma reestruturação do Capitalismo, sendo que Amin (já citado) ressalta que nos momentos de crise dá-se a reforma ou a revolução: tudo indica que o processo em curso é de reformas, ou seja, o modelo apresentado por Keynes na década de 1930-1940 se esgotou. O Estado de Bem-Estar Social ("Welfare State") entrou em decadência. Os capitais voam ("como urubus" segundo o presidente FHC) à procura de espaços para sua reprodução ampliada. Nesse ínterim as privatizações das "boas" empresas estatais, principalmente nos países menos desenvolvidos, são um forte atrativo para tais investimentos.

Devemos recordar que no período pós-guerra teóricos como Hayek e Fridmann já apontavam a necessidade de uma nova política econômica, o que hoje denominamos de neoliberalismo. O Estado Mínimo é o resgate de teses do liberalismo clássico (já destacamos Adam Smith), que aparecem como novas mas eram difundidas também no século XVIII. É claro que o liberalismo hoje proposto apresenta enormes diferenças em relação àquele teorizado por Adam Smith. A mundialização do capital com a abertura das fronteiras econômicas dos Estados não estavam colocados para o século XVIII.

O neoliberalismo, em termos geopolíticos, apresenta a estruturação de blocos em todo o planeta, como o Nafta, o Mercado Comum Europeu e o bloco dos Tigres Asiáticos. Formam-se outros blocos menores, como o Mercosul que engloba atualmente o Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, mas com a possibilidade de inserção de outros parceiros como o Chile, a Bolívia e o Peru.

Hirano (*In*: Scarlato, 1993) aponta três grandes pactos: a "Pax-Americano", a "Pax-Pacífico" e a "Pax-Européia", sendo que a América Latina está subordinada ao primeiro, que é liderado pelos Estados Unidos. Na mesma obra, Arroyo lança a seguinte questão: seria o atual processo entendido por "globalização" a afirmação das velhas tendências de dominação ou a concretização de relações mais democráticas e autônomas? Ela mesmo responde: parece ser a afirmação das velhas, arcaicas e ultrajantes formas de dominação do "imperialismo yanque" - a afirmação de um mundo ainda mais desigual.

Mas como se operam essas desigualdades concomitante à liberdade do capital? Tanto Lipietz (1988) quanto Smith (1988) apontam que o modo de produção capitalista, devido à necessidade de reprodução contínua e ampliada do capital, estrutura o espaço desigualmente. Devemos ter claro que na própria gênese do capitalismo, na contradição capital-trabalho, o capital é e deve ser absoluto, sendo que todas as relações nesse espaço construído pelas

contradições do capitalismo beneficiam o capital. Como destaca Gonçalves (1984), não existe o caos, existe sim a produção de um espaço que deriva da própria estrutura do Capitalismo, das relações entre os homens e destes com a natureza.

O espaço assim estruturado atende à produção de mercadorias, mas muito mais que isso. Atende à produção do lucro, da mais-valia, da exploração do trabalho na pessoa dos trabalhadores. Nessa direção, e novamente nos reportando a Lipietz (já citado), o Modo de Produção Capitalista subordina e se sobrepõe aos demais (o autor apresenta em sua obra o exemplo da reprodução de relações não-capitalistas de produção desenvolvidas na França quando da manutenção da produção camponesa; tais relações são mantidas mas subjugadas ao capital, seja ele comercial, industrial ou financeiro, e hoje monopolista).

Sobre a América Latina, destacamos inicialmente que sua ocupação, dominação, exploração e "saque" inicia no século XVI. Não percorreremos o longo caminho que nos separa daquele momento. Mas, ressaltamos que a abertura de suas fronteiras, dos Estados-Nações aí consolidados, faz parte da estratégia dos países "centrais". Como aponta Mauro (In: Scarlato, 1993), os Estados Nacionais com suas fronteiras rígidas não mais atendem as necessidades do capital internacional, transnacional ou mundializado.

Também sobre o espaço latino-americano, em texto recente de Mineiro (1997), o Mercosul é tido como uma possibilidade de garantir uma certa autonomia aos países que o compõe frente aos blocos mais fortes. No entanto, com a pressão norte-americana (tantos Estados Unidos quanto Canadá), que tentam antecipar a Área de Livre Comércio das Américas - ALCA, parece se reproduzir a doutrina de Monroe de 180 anos atrás, naquele momento apresentada como um fator de "integração", hoje de reafirmação da dominação.

O Brasil, em particular, é "embalado" pelos ditames e objetivos do Consenso de Washington. Seu espaço, dominado inicialmente por portugueses, depois ingleses e hoje norte-americanos, é palco de políticas econômicas altamente anti-sociais e que afetam todos os setores da economia nacional (Armen Mamigonian coloca que do início da década de 1980 até 1996 o país perdeu perto da metade de seu parque industrial). As privatizações de grandes empresas estatais provam apenas que o Estado (diga-se extremamente classista), aliado ao grande capital, vende por moedas podres um patrimônio social e historicamente produzido e possibilitado pelo trabalho de milhões de brasileiros. Há aproximadamente 50 anos, o Estado investiu na formação dessas mesmas empresas com fins à implantação de infra-estrutura, transportes, comunicações e energia para empresas privadas nacionais e multinacionais. Hoje, com a crise da reprodução do capital que precisa se ampliar, essas mesmas empresas começam a abocanhar as companhias estatais, como a Vale do Rio Doce, restaurando monopólios privados.

O espaço brasileiro já é altamente desigual, resultado da divisão regional (e internacional) do trabalho. Uma Região Sul-Sudeste industrializada contrastando, principalmente, com uma Região Nordeste, mas também Norte e Centro-Oeste. Devemos recordar que a equipe econômica do governo tem claro que a política por ela desenvolvida está para atender em torno de 50 milhões de brasileiros... Os demais, que esperem.

Se em 1992 o Brasil apresentava 32 milhões de famintos; a América Latina e o Caribe 200 milhões (Hirano, In: Scarlato, 1993); e o mundo 800 a 900 milhões (Anderson, 1992), como pode ser justificada a tese de Francis Fukuyama de que a História acabou e, logo, de que a Geografia acabou ou que o espaço até hoje produzido é definitivo? Como entender que um quarto da população mundial viva em condições de miserabilidade e achar que esse é um "designio eterno"? Como entender que o espaço geográfico, que é produzido por

bo
mã
ate
soc
ace
sec
ma
tra
and
da
cda
ma
pela
ma
igual
veon
diga
do C
Geog
saber
liberá
sua m
Geog
recom
(1981
fins a
tem ra
"os fil
estamo
se esta
Manag
início d
ideário
convirja
"outro"
Santos
do gêne
agentes,

homens e mulheres nas suas relações entre si e com a natureza, tão desigualmente colocado, não apresenta mais possibilidades de transformação?

Podem se dar transformações, porém, para que elas aconteçam, faz-se necessário alternativas ao que está posto. Temos alguma alternativa? Nós, geógrafos e demais cientistas sociais, temos opções frente à avalanche neoliberal calcada sob o mito da "globalização", que acentua as desigualdades social, econômica, política e cultural?

Hobsbawm (já citado), coloca que uma das funções do historiador, nesse fim de século, é "lembrar o que os outros esqueceram". É lembrar que o presente (as condições atuais), o espaço geográfico, é resultado de todo um processo histórico-social da humanidade. A ideologia do capital parece desconectar o presente do passado, acentuando ainda mais que o espaço é produção do capital e não do trabalho. Acentua, ainda, o "fetichismo da mercadoria" de Marx (e apresentado por Carlos (1992) em relação à produção da cidade), mistificando a relação homem-natureza e não possibilitando que nos vejamos naquilo que produzimos (a mercadoria e a cidade aparecem externos a nós). Somos traídos pela "mercadorização" do humano e do produto por ele fabricado, e vemos tudo, inclusive a natureza, como algo externo a nós.

A tão propagada "liberdade" para o capital não é direcionada para a liberdade e a igualdade dos homens e mulheres. Ao mesmo tempo que a democracia liberal parece vitoriosa, principalmente com a derrota do Socialismo Real, a "democracia real" é flagrantemente posta como algo "humanamente impossível", assim argumentam os ideólogos do Capitalismo.

Mas, como contraponto, Lacoste (1988) buscou recuperar o sentido fundamental da Geografia: um conhecimento estratégico, de controle, de organização (para o capital um saber de dominação, para os trabalhadores podendo servir para a busca da verdadeira liberdade, igualdade e democracia). O geógrafo não deve se abster de seu papel político, de sua ação. Deve reconciliar o "elo perdido" pela separação da Geografia do Estado da Geografia dos universitários. Deve ter presente que a renúncia à transformação é a própria renúncia enquanto cidadãos, na sua melhor forma e expressão. Nesse sentido, Monteiro (1981) ressalta que é preciso vislumbrar o saber para a solidariedade do conhecimento, com fins à solidariedade dos próprios homens.

É importante aqui fazer uso de algo que parece que esquecemos (e nisso Hobsbawm tem razão), como por exemplo a décima-primeira tese sobre Feuerbach de Marx e Engels: "os filósofos se limitaram a interpretar o mundo, é preciso agora transformá-lo". Certos estamos que os tempos "mudaram", mas a contradição da sociedade persiste, qual seja, a que se estabelece entre o capital e o trabalho. Não vemos se não queremos, como nos diz Armem Mamigoniam. Também parece que esquecemos aquilo que Antônio Gramsci apontava no início do século: nosso papel de "intelectuais orgânicos"... A opção é nossa em propagar o ideário do capital ou buscar a reflexão e prática de novos caminhos, alternativas.

Tal opção, que nesse processo de "mundialização" parece facilitar para que convivamos para o projeto do capital, é justamente a relação que estabelecemos diante do "outro". O espaço geográfico, nesse sentido, é espaço humano e espaço social, segundo Santos (1978), em que a transformação será possibilitada também pela nossa opção.

Sabemos qual é a escolha/projeto do "outro", do capital, da "globalização" ou coisas do gênero.

Martins (1993), coloca que o "outro" não é apenas o capital, mas também seus agentes, como o Estado, o jagunço, o juiz, o pistoleiro, o cartório... O autor discute

especificamente as relações produzidas no campo brasileiro, mesmo assim a análise aqui é pertinente porque também apresenta o projeto do camponês, do índio e do posseiro, colocando a relação do "eu" e do "outro" e remetendo-nos a uma escolha!

Também geógrafos e outros cientistas se empenharam em dar "pistas" do projeto do "eu", dos camponeses, dos índios, dos trabalhadores...

Cândido Grzybowski (1991), abordou a luta dos "homens da terra" que, mesmo bastante fragmentada e diversificada, buscam a afirmação de seus próprios projetos, construindo na caminhada uma identidade coletiva e política com objetivos a se contrapor ao avanço do capital e de sua dominação no campo. Essa mesma perspectiva é apresentada por Tomiasi (1995) onde observa que os trabalhadores rurais negam, com suas lutas, a visão pacata e acomodada que a História e a Geografia oficiais propagam. Devemos apontar que várias manifestações durante a História brasileira também desmentem essa "oficialidade", com destaque para Canudos, Quilombos, Ligas Camponesas, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST e lutas indígenas.

Por sua vez, Oliveira (1995) discute o projeto indígena em "A Amazônia e as "terras sem males" indígena". Sua preocupação, de fato, ultrapassa a questão indígena e abarca também os posseiros, seringueiros, camponeses e trabalhadores rurais e urbanos que vivem na Região Amazônica. Esses homens e mulheres têm seus projetos que, não raras vezes, colocam-se em contradição com os projetos do capital.

Poderíamos citar vários outros, como o "projeto caipira" apontado por Candido (1971). Ou o "projeto dos camponeses" produtores de uva apresentado por Tavares dos Santos (1984); ou ainda o desejo e a esperança por uma nova terra dos pequenos agricultores transferidos do Rio Grande do Sul para o Centro-Oeste e Amazônia nos projetos de colonização/exclusão implantados pelos governos militares pós-1964 (Ianni (1979) e Tavares dos Santos (1993).

A questão está posta.

A "globalização", proposta pelo capital busca homogeneizar tudo, e isso representa sufocar as alternativas de construção de um espaço diferente. Ou sigamos esta "igualização", ou assumamos nosso papel político, de estrategistas como observou Lacoste. Homogeneizar significa destruir a possibilidade de um contraponto à exclusão (a destruição total da diversidade pode significar nossa "estagnação" no tempo e no espaço). Ortiz (*In*: Scarlato, 1993), questiona tal homogeneização das concepções, dos costumes e da cultura, principalmente numa América Latina tão diversificada de valores.

Enfim, os blocos econômicos estão aí. Os índios, camponeses, posseiros, seringueiros, garimpeiros, sem-terra, trabalhadores urbanos também estão. Qualquer conceito ou discussão não pode se desviar da direção do homem e da mulher, do humano. Tudo é questão social, suas relações, seu espaço.

A "mundialização, globalização e estruturação geopolítica" do capital como projeto do "outro". As alternativas podem e devem representar os projetos do "eu".

Nós, geógrafos, historiadores e demais cientistas sociais, também optamos.

REFE

AMIN

G

ANDE

de

CAND

G

CARL

GON

g

GRZY

3.

HOBS

de

IANN

19

LACO

M

LEPIE

S

MAR

MINE

P

MON

K

OLIV

5.

SANT

g

SCAR

H

SMIT

T

SPOS

C

TAVI

si

TAVI

A

TOMI

P

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIN, Samir *et. al.* **A crise do imperialismo**. Trad. Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- ANDERSON, Perry. **O fim da história: de Hegel a Fukuyama**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 2. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.
- CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Paixão da terra: ensaios críticos de ecologia e geografia**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- HOBBSBAWN, Eric J. **A era dos extremos**. Trad. Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- IANNI, Octávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- LACOSTE, Yves. **Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Trad. Maria Cecília França. Campinas: Papirus, 1988.
- LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. Tradução de Manoel Fernando Gonçalves Seabra. São Paulo: Nobel, 1988.
- MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MINEIRO, Procópio. **Alca, nova Doutrina Monroe**. *Cadernos do Terceiro Mundo*, n. 199, p. 40-3, 1997.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de. **A questão ambiental no Brasil: 1960-1980**. São Paulo: IGEOG-USP, 1981.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. 5. ed. Campinas: Papirus, 1995.
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Hucitec-EdUSP, 1978.
- SCARLATO, Francisco C. *et. al.* **Globalização e espaço latino-americano**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Matuchos: exclusão e luta - do Sul para a Amazônia**. Trad. Lúcia Mathilde Endlich. Petrópolis: Vozes, 1993.
- TOMIASI, Eliane. **A questão da propriedade da terra no Brasil**. **FORMAÇÃO**. Presidente Prudente, n. 2, p. 5-10, 1995.